



VILAREALSTºANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alexandre  
2

## ATA Nº 2/2013

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor Eduardo Luís da Silva Pereira, Presidente da Assembleia Municipal, comigo Alexandre Hermínio Drago Madeira, primeiro secretário, Maria do Rosário Papafina Proença, João Manuel Cabrita Fernandes, António Manuel Cipriano Cabrita, Maria Alexandra Martins do Livramento, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança, Miguel Moreira da Costa, Sandra Cristina Carvalho Madeira, Vítor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa, Maria de Lurdes Lopes Faria, Messias José Fernandes Carvalho, Pedro Miguel Salgueiro Ribeiro, Maria Conceição Freitas Henrique Granado, Valdemar Parra, José Roberto Leitão Guerreiro e Manuel da Conceição António, pelo P.S.D; João José Batista da Costa Ribeiro, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro e Vítor José da Cruz Pereira, pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz, pela CDU., e conforme Edital Convocatório de 15 de janeiro de 2013, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

### ***SUBSTITUIÇÕES***

Ao abrigo do Art.º nº 53 do Regimento, o Sr. Deputado Municipal Luís Miguel Guerreiro Romão, solicitou a sua substituição, e foi substituído pelo Deputado Municipal Valdemar Parra, na bancada do PSD e, ao abrigo do mesmo artigo, João

*Alexandre*  
2

José Baptista da Costa Ribeiro solicitou a sua substituição e foi substituído por Luís Manuel da Rosa Fernandes, na bancada do PS.

### ***FALTAS***

Verificou-se a falta do Sr. Deputado Municipal José Domingos Teixeira Pires, da bancada do PSD, e de Luís Manuel Negrão Vargas, da bancada da CDU.

### ***MESA DE PRESIDÊNCIA***

Para suprir a falta do Sr. Deputado Municipal José Domingos Teixeira Pires, segundo secretário, a Sra. Deputada Municipal Maria do Rosário Papafina Proença foi convidada a integrar a mesa de presidência da Assembleia Municipal.

### ***ABERTURA DA SESSÃO***

Feita a chamada, verificadas as presenças, faltas e substituições, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. Foram anunciados 10 minutos por bancada para tratar de assuntos de interesse para o município.

Foi dado conhecimentos aos deputados municipais que deu entrada na mesa da assembleia municipal uma proposta do Partido Socialista que teria de ser admitida à discussão para depois ser debatida na assembleia. Foi lida a proposta que tem a redação seguinte:

- a) Considerando que em reunião da assembleia, em novembro de 2006, por proposta da Rádio Guadiana, foi aprovada a transmissão em direto das futuras sessões da assembleia municipal;
- b) Considerando que, desde finais de 2009, estas mesmas transmissões deixaram de ser efetuadas pela respetiva rádio,

Propõe o Partido Socialista que as reuniões da assembleia municipal passem a ser transmitidas em direto, via internet, pelos meios próprios do município de Vila Real de Santo António.

Alexandre  
E

Vila Real de Santo António, 22 de janeiro de 2013

A bancada do Partido Socialista

Dado que esta proposta entrou na mesa da assembleia municipal, o Sr. Presidente entendeu submeter a aceitação da mesma a votação. A sua discussão só deveria acontecer no caso de vir a ser admitida através de votação.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes tomou a palavra para fazer um ponto de ordem à mesa. Em seu entender, segundo o regimento, qualquer proposta de um membro da assembleia tem de dar entrada na ordem de trabalhos. Não pode ser colocada a votação, mas sim dar entrada diretamente na ordem de trabalhos, desde que se cumpra os cinco dias anteriores à assembleia.

O Sr. Presidente não fez essa interpretação. No seu entendimento, as propostas são sempre aceites para discussão antes do período da ordem de trabalhos. Têm de ser admitidas através de votação. É a interpretação que faz do regimento. Embora não se considerando jurista nem especialista, é a interpretação que faz do regimento.

No entender do Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes, para todos os efeitos, e considerando ser aquilo que interessa, na assembleia de Dezembro, foi dito que na assembleia ordinária de fevereiro esta proposta seria enquadrada na ordem de trabalhos e seria votada.

Citando o regimento no artigo 15, ponto 3, leu: "A ordem do dia deve ainda incluir assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro da assembleia, desde que sejam da competência deste órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da

reunião, no caso de reuniões ordinárias". Na sua compreensão, isto é muito simples.

*Almeida*  
E

O Sr. Presidente da assembleia explicou que não interpretou desse modo. E referiu que é assim que a AMAL se rege, é assim que os municípios se regem e é assim que as coisas funcionam. E o Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes vem com novas ideias. A proposta está já no período antes da ordem de trabalhos e entende-se que tem de ser aceite aqui para ser discutida. Não pode funcionar de outra maneira. Se for aceite, entra na ordem de trabalhos. Tem de ser aceite pela assembleia. Um cidadão, simplesmente, só por si, não pode fazer uma proposta e ser aceite aqui para ser discutida.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes declarou que para ele não há problema nenhum, desde que a proposta entre na ordem de trabalhos. Insistiu que não era necessário ser aceite ou não para entrar na ordem de trabalhos. Não é um cidadão qualquer que apresenta a proposta, mas um membro da assembleia, assim o diz o regimento. Em todo o caso, acrescentou que se a assembleia aceitar, entra na ordem de trabalhos de igual forma.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal João José Batista da Costa Ribeiro para dizer que se o tema não estiver na ordem de trabalhos não pode ter efeito deliberativo, seja ele qual for.

O Sr. Presidente da assembleia propôs-se seguir o regimento como tem sido feito em todas as assembleias municipais a que tem assistido. Se porventura houver alguma contestação, os senhores deputados municipais do Partido Socialista podem contestar. Fica registado em ata e depois ver-se-á como as coisas se vão desenrolar.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes insistiu que não se está a cumprir o regimento.

O Sr. Presidente da assembleia submeteu a votação a aceitação da proposta apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes.

A proposta foi aprovada para discussão por unanimidade.

Alexandre

Tendo-se passado à discussão da proposta, o Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes afirmou que ela vinha preencher uma lacuna que havia neste momento. Desde novembro de 2006 até ao final do ano de 2009, estas assembleias foram transmitidas em direto pela Rádio Guadiana, a pedido da mesma, e entretanto deixaram de o ser. Faz todo o sentido que elas comecem a ser novamente transmitidas e a autarquia tem condições para o poder fazer. Acha que, de forma transparente e simples, elas devem ser efetuadas.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita que afirmou que este tema é recorrente e foi mais de uma vez debatido na Assembleia Municipal. É interessante e louva-se a atitude do Partido Socialista porque há alguns mandatos atrás, e neste momento nenhum dos membros atuais fazia parte da outra bancada do Partido Socialista, foi um drama para as pessoas do Partido Socialista aceitarem que as sessões fossem transmitidas. Arranjaram todos os estratagemas para que as sessões não fossem transmitidas. Isso podia não ter nada a ver com o partido, mas apenas com as pessoas. Na altura, sentiam-se incomodadas. Para o PSD, não se levanta qualquer problema que as sessões sejam transmitidas porque isto é uma sessão pública. Se aqui se apresentar alguém da imprensa, ou alguém que até grave as sessões, não se tinha muitos argumentos para dizer que isto não se pode gravar. Portanto, da parte do PSD não se levanta qualquer problema. Isto pode ser perfeitamente aprovado. Resta saber se há meios técnicos para fazer estas transmissões. Estas eram feitas a partir do Centro Cultural pela Rádio Guadiana porque havia meios técnicos para o fazer. O próprio responsável da Rádio Guadiana diz que daqui não consegue fazer porque não tem meios técnicos para o fazer. Se isto pode ser feito por internet ou não, declara que pessoalmente não é capaz de dizer se sim ou se não. Se isso vai permitir que as sessões sejam ouvidas por muita gente, depende. Se calhar muita gente não vai conseguir ouvir porque não tem computador, nem sequer saberá como é que há-de aceder a estas coisas. Da sua parte, afirmou que acha isso deve ficar ao critério de cada um. Na bancada do PSD, cada um votou livremente e conforme quis. Não foi imposto a ninguém qualquer tipo de voto,

Alexandre

nem foi sugerido que votassem nisto ou naquilo. Reconhece-se que esta insistência do Partido Socialista se deve ao fato de se estar a aproximar uma coisa que a gente cá sabe e gostam de se ouvir um bocado na Rádio.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes declarou que esta bancada do Partido Socialista teve o cuidado de solicitar desde 2009 que houvesse uma continuidade nas transmissões radiofónicas das assembleias municipais. Não é de agora que vem esta vontade, simplesmente negou-se o tempo e criaram-se condições de forma a que a Rádio Guadiana não tivesse condições para fazer as transmissões e parece que não interessava a alguém. Porque o Centro Cultural sempre foi o sítio de excelência para estas assembleias municipais funcionarem. Tem todas as condições, é central, mais público estava lá presente e houve aqui um desvio para a Biblioteca Municipal que fica um pouco mais fora de mão. Não tem o transmissor porque a Rádio Guadiana a única coisa que punha era o transmissor porque o equipamento era todo da Câmara Municipal. Não tem condições desde 2009 para fazer as transmissões das assembleias municipais. Porque a ideia aqui, seja o Partido Socialista, seja o PSD, seja a CDU, seja qual for o partido que for que esteja à frente da autarquia e que aconteça o que acontecer, as pessoas devem estar informadas e devem poder usufruir das assembleias, ouvir em casa se não se puderem deslocar à assembleia municipal. Que isto corra no tempo e não só para um pequeno período. É para correr durante todo o tempo para a posteridade. Citando o Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita, que dissera que o Partido Socialista pôs algum entrave, quis explicar que em 2006 a proposta apresentada pela Guadisom, em Setembro de 2006, e ao ser apresentada, foi apresentada ali assim para ser inserida na ordem de trabalhos. O Partido Socialista solicitou que fosse, e acabou por ser, adiada para a sessão seguinte, no sentido de se enquadrar, e muito bem, porque a bancada deve junto do partido reunir e tomar posições como em todas as outras matérias. O PS faz isso, reúne e toma posição com o partido em todas as matérias que vêm à assembleia municipal. E essa também foi a razão que levou a que o Partido Socialista, que não pôs qualquer

entrave, que tanto que depois acabou por votar e aquela proposta da Guadísom foi aprovada por unanimidade, em novembro de 2006, e passou a ser transmitida. Até se questionava se era só para os boletins noticiários ou se se passava em direto e ficou estabelecido que seria para passar em direto. Mas não havia entraves nenhuns. Não deve haver entraves à transparência à democracia.

O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança declarou que se a transmissão tiver algum efeito, deveria ser levada por diante, se não tiver efeito, devemos avaliar os custos/benefício porque subsiste a dúvida que, se estas assembleias forem transmitidas via internet, a percentagem seja na ordem dos 0,1 por cento da população a ouvir estas assembleias. Se a transmissão fosse via rádio, a abrangência seria muito maior. Por via internet, não se sabe que tipo de custos terá a autarquia pelo fato de disponibilizar alguns meios para isso, e o benefício para a população será quase nulo. Por fim, afirmou não ter, em todo o caso, pejo nenhum em aprovar a proposta da bancada do Partido Socialista.

O Sr. Presidente da assembleia entendeu questionar a Câmara Municipal sobre as condições logísticas de que esta disporia para prestar um apoio para transmissão das sessões da assembleia via internet. No fundo, a resposta permitiria algum esclarecimento e poderia complementar a discussão aberta, favorecendo uma discussão mais abrangente e permitiria votar a matéria em consciência.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal declarou não saber cabalmente o tipo de apoio logístico que seria necessário. Afirmou que, em qualquer circunstância, não via com maus olhos que as assembleias pudessem ser transmitidas pela rádio. Até pelo contrário, achava muito bem que as pessoas pudessem assistir, não ao vivo e a cores, porque não era o caso, mas em direto, às discussões sobre diversas matérias que se dão na sede de assembleia municipal. Até é bom que ouçam.

Não havendo mais pedidos de intervenção, e considerando que os esclarecimentos necessários tinham sido prestados, o Sr. Presidente da assembleia colocou a proposta em causa a votação, de modo que se pudesse depois, numa próxima assembleia municipal, já ter as condições, se

eventualmente a proposta fosse votada favoravelmente, para a sua transmissão por via internet e pelos meios próprios do município.

A proposta foi aprovada por maioria, com dezoito votos favoráveis, quatro abstenções da bancada do PSD e um voto contra do Sr. Presidente da assembleia municipal.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz tomou a palavra para pedir alguns esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente à sua deslocação ao Canadá. Uma vez que não tinha a certeza sobre o fato da deslocação ter sido a título particular ou a título oficial, solicitou que, no caso de ter sido a título oficial, fossem prestados à assembleia os esclarecimentos, em função dos interesses do concelho, sobre o que tinha sido tratado nesse país.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que se tem reunido, de há bastante tempo a esta parte, com representantes dos hotéis do concelho e decidiu-se que o município devia ter um papel impulsionador na abertura de novos mercados turísticos. Neste momento, o Canadá é o sexto mercado emissor de turistas para o nosso país. O que já perfaz um valor de cento e dez mil dormidas/ano, sendo que sessenta por cento destas dormidas, aproximadamente sessenta e seis mil dormidas, localizam-se no Algarve e nenhuma no concelho de Vila Real de Santo António, nenhuma na zona do sotavento do Algarve.

Têm apenas três destinos no Algarve: Albufeira, Portimão (Praia da Rocha) e Lagos. O único voo intercontinental, a partir de Faro, que existe é justamente Faro-Toronto. É uma linha direta que faz voos de duas em duas semanas entre Setembro e Abril. A estadia média de cada turista é de três semanas, sendo que o gasto médio de cada um deles é bastante superior à média de gasto de cada turista. Portanto, não é por acaso que o Turismo de Portugal vai de armas e bagagens este ano fazer promoção, em meados do mês de abril, para o Canadá. E o que lá foi fazer pessoalmente junto da comunidade portuguesa e junto do consulado de Portugal em Toronto consistiu em preparar uma iniciativa que é o

Alexandre

fim-de-semana de Vila Real de Santo António no Canadá, que ainda não tem data marcada, mas que é uma oportunidade, tal como foi dito, de nós levarmos os nossos hoteleiros ao Canadá, promover reuniões de trabalho com operadores turísticos do Canadá, assim como também promover que os nossos empresários que estão em situações financeiras bastante debilitadas possam ir com o seu produto que está para venda, porque este tipo de turismo prefere fundamentalmente hotel-apartamentos ou alugar mesmo apartamentos, poder levar lá o seu produto eventualmente para vendas e fazermos esta iniciativa de promoção. De resto, se hoje o turismo proveniente desse país vai para outras regiões do Algarve, foi porque essas mesmas localidades, foi porque essas mesmas localidades, há aqui dois ou três anos, fizeram lá uma grande ação de promoção. Quando regressava do Canadá, na linha Toronto-Faro, o avião vinha absolutamente cheio e havia pessoas que vinham para ficar no Algarve durante três meses para fugir ao clima que nesta altura do ano lá é bastante agressivo, menos dez ou menos quinze, em função das regiões, e naturalmente que é um potencial de mercado bastante interessante e há empresários do nosso concelho que já estão a trabalhar connosco no sentido de podermos lá dirigir essa operação de promoção e de marketing do nosso concelho em Toronto.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes perguntou ao Sr. Presidente da assembleia se tinha a informação escrita relativa à situação de um terreno em Monte Gordo, conforme o Sr. Presidente da Câmara tinha anunciado em dezembro passado.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarado que não tinha nenhum documento relativo a esse assunto para entregar, o Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que o Sr. Presidente da Câmara não estava a cumprir com a palavra que prometeu a 20 de dezembro. Voltou a frisar a pergunta, afirmando que pode ser que agora que o Sr. Presidente o queira esclarecer verbalmente. Os terrenos onde estão construídas as habitações a custos controlados eram terrenos da autarquia. Foram entregues à empresa Unifaro, à cooperativa, em troca de um pavilhão, que ali está, mas não está

acabado, não foi em troca de casas, foi em troca de um pavilhão, mas desses terrenos todos, houve um terreno onde não foi construído nada, em Monte Gordo, na Rua Manuel da Palma, esse terreno foi entregue à Unifaro, em permuta do pavilhão. Mas a Unifaro vendeu agora o terreno à Marques e Guedes, a uma construtora. A pergunta que faz é sobre o que vai ser construído ali, se habitação a custos controlados ou o que vai ser construído naquele terreno, num terreno da autarquia que foi dado à cooperativa, numa permuta, em troca de um pavilhão, que, à partida, deveria ser para edificar ali habitação a custos controlados, mas, pelos vistos, a Unifaro já vendeu à Marques e Guedes. A pergunta consiste no que vai surgir ali, se é habitação a custos controlados, é que é o único terreno onde não foi construído nada ainda, daqueles todos que foram entregues à Unifaro.

Não havendo mais inscrições para intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que declarou que, na questão colocada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes, há um fato que ainda não conseguiu confirmar e que é essa eventual venda. Por isso, não vai dizer que sim nem que não porque não o sabe. Vai esclarecer os termos em que foi feito esse acordo que foi aprovado em sede da Câmara e da Assembleia Municipal. É bom que seja isso bem realçado. E os termos do acordo são bem claros: que a Câmara Municipal fez uma permuta entre um conjunto de edificações de solos que tinham como objetivo a construção a custos controlados, em troca, nos termos daquilo que estava no acordo, aprovado em sede de Assembleia Municipal, de edificação de um pavilhão desportivo cujo valor, em que foi acordado, está praticamente atingido no equipamento que lá está. Falta, de fato, a segunda fase, mas essa segunda fase já não estava dentro do acordo porque já pressupunha um valor acrescido àquele que foi a avaliação dos terrenos iniciais. Qualquer terreno que, tendo sido objeto desse acordo, só pode ser para o uso a que estava adstrito no acordo, ou seja, na eventualidade de ter havido uma venda, e informa-se que a cooperativa entrou num processo de insolvência, e portanto agora é necessário tratar destas



questões com o administrador judicial, mas, na eventualidade de ter havido essa transferência, e desconhece-se se é legal sem a Câmara ter sido consultada previamente, porque a Câmara não foi consultada previamente, a ter sido feita, não há outro uso possível senão esse mesmo, aquele que foi o acordo. A Câmara Municipal não aprovará outro uso. Uma segunda questão: a Câmara Municipal, até ficou a ganhar com esse negócio porque houve alguns terrenos que estão na base do acordo que não foram escriturados e que ainda pertencem à Câmara porque a Câmara não os vai libertar. Isso significa que o excedente fica para a Câmara Municipal porque a Câmara não vai fazer escrituras, neste momento, com uma empresa que não cumpriu com uma parte do acordo, com uma empresa não, com uma cooperativa. São exemplo disso os terrenos que estão ao pé do Intermarché, que estavam no acordo, e esses terrenos ainda não foram escriturados, não tinham sido escriturados para a cooperativa e não vão ser escriturados porque esta entrou em insolvência. É justamente ao contrário da preocupação do sr. Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes. Por um lado, não se permitirá outro uso, e ainda porque alguns destes imóveis ainda estão em nome do município e não serão libertados. Às vezes, há males que vêm por bem e ouve-se tantos comentários pela rua que não correspondem à verdade e, por isso, mais vale comentar quando se sabe das coisas e quando os processos estão devidamente terminados. Assim, ainda se aguarda mais um tempo para se poder tornar público o desfecho da situação destes fogos.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes declarou discordar do Sr. Presidente da Câmara porque faria a troca dos terrenos pelas casas, mas que, se o Sr. Presidente da Câmara acha que ficou a ganhar, tudo bem, porque não vai entrar por aí. E apresentou uma outra questão: o processo Cidade Mar, em que houve aquela situação em que foram confiscadas as contas da SGU e tudo o mais, segundo crê, em 2011, pensa é que devido a este processo da Cidade Mar que a SGU adquiriu e entretanto acha que não houve os pagamentos efetuados, segundo julga, e então pergunta se aquele património ainda continua na SGU ou se houve algum desenvolvimento. Isto surgiu-lhe, e faz a pergunta porque

Alexandre

desconhece claramente o que se passa, porque a autarquia, aliás a SGU, ao não cumprir com o acordo, haveria a reversão do património. Coloca aqui a questão se esse património ainda é da SGU ou se há aqui alguma reversão do património.

O Sr. Presidente da assembleia declarou que o Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes esgotou o tempo e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a resposta para a questão apresentada.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que a SGU mantém a titularidade daquele património como sempre o manteve. É o que tem para responder ao Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes. Relativamente à outra questão das casas de habitação social, aconselhou o Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes a esperar para ver o que se vai lá passar porque pressupõe que ele diz que a Câmara deveria ter permutado para depois alugar a terceiros. Pode ser que tudo até venha a ser alugado a terceiros, mas, se se tivesse atuado como sugere o Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes sugere, estaríamos perante mais um caso semelhante ao do pavilhão.

## 1. ORDEM DO DIA

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.
2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 1 DE 2013 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.
3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA E DO ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS SEUS ÓRGÃOS SOCIAIS.
4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO HOTEL GUADIANA - ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA DO NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.


*Alexandre*

5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTOR LOCAL DE ENERGIA 2013 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

6. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Presidente da Assembleia informou que os pontos 4 e 5, como podia ser verificado pelos Senhores Deputados Municipais, foram incluídos à última da hora no período da ordem do dia. Mais disse que esperava que não houvesse objeção da parte dos Senhores Deputados Municipais, no sentido de os discutir, porque, em sua opinião, seriam relativamente pacíficos na sua discussão. De qualquer modo, tomou a iniciativa de os incluir na ordem de trabalhos porque a próxima sessão da Assembleia Municipal não se previa que fosse com brevidade e havia que tratar dos assuntos quanto se tem oportunidade. Como esta sessão não tinha muitos assuntos, declarou que tomou esta iniciativa.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes informou que, de toda a documentação para esta sessão da assembleia, acabou por receber o ponto 3, que é a “Apreciação e votação da alteração dos estatutos da SGU”, há uma semana, e todos os outros documentos acabou por recebê-los na véspera desta sessão da assembleia, à tarde. Assim, solicita que, e não vai falar a nível regimental nem nada disso, esta documentação ou alguma, como é o caso do Hotel Guadiana, que vai a sessão de Câmara deve ser entregue, se for possível, dois dias antes, para que o Partido Socialista reúna e concerta posições, pois caso contrário torna-se difícil fazê-lo devido a não serem profissionais da política, ir verificar toda a documentação e poder tomar uma posição muito mais consciente do que aquela que vão tomar. A sua sugestão e o que solicita é que, quer os documentos que já estavam na ordem de trabalhos, que também foram entregues na véspera, o relatório e a ata, quer os outros documentos que, por favor, sejam entregues dois dias antes porque se torna difícil.

O Sr. Presidente da Assembleia declarou compreender a posição e aceitar  observação feita pelo Sr. Deputado Municipal, mas afirmou que somos humanos, somos pessoas e que temos de resolver problemas e, quando estes surgem, temos de encontrar soluções. Assinalou que procurou encontrar a solução deste modo e, com a humildade possível, justifica-a aqui. Mais disse que, se o Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes queria fazer aqui um show off, agradecia a sua atenção e que fez muito bem, que não estavam a cumprir o regimento nestes dois pontos. Destacou que compreendia o Sr. Deputado Municipal que tinha feito o seu papel, porém o seu foi, no fundo, tentar resolver problemas e asseverou que, enquanto estivesse no cargo, sempre, em prol do concelho, tentaria resolver problemas. Por isso, pediu, por isso justificou, a compreensão dos Srs. Deputados Municipais.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal acrescentou que o assunto referente ao Hotel Guadiana é um assunto que vai para discussão pública, deve ir à Câmara e depois vem ainda à Assembleia.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que pretendia fazer um ponto de ordem ao ponto de ordem. Achava que era importante, e parecia-lhe que era bom, que as pessoas se entusiasmavam quando viam a sala cheia e, se isto fosse com transmissão pública, ainda mais se entusiasmavam. Declarou ser testemunha de que este senhor que acabou de fazer todas estas afirmações é a pessoa mais difícil, dentro dos membros da Assembleia Municipal, para receber a documentação, e o Sr. António, o Sr. Funcionário, pode testemunhar isso. É de tal maneira que as pessoas, lá dentro dos serviços o dão a entender. E afirma isto, não por nada em especial, mas porque vai confrontar, como responsável pela bancada do PSD, para verificar quem da sua parte recebeu ou não os documentos e apercebe-se de que este senhor é sempre aquele a quem é mais difícil entregar a documentação. E é bom que isto fique aqui bem saliente. Isto parece que são pequenos pormenores. Parece que alguém anda a esconder documentação e, no entanto, é sempre a pessoa a quem é mais difícil entregar a documentação. Depois, disse não saber se as pessoas já se

aperceberam, já agora falando para todas as pessoas que ouvem, de toda a confusão que aqui é gerada para aqui se discutir, agora ia dizer um nome feio, aquela coisa pequenina.

O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança manifestou a sua apreensão porque não sabia, e a acreditar nas palavras do seu companheiro de bancada, deputado António Cabrita, que o Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes é a pessoa mais difícil a quem é entregue a documentação. Declarou ficar abismado pelo fato de o Sr. Deputado não receber a documentação por email e querer que as sessões da Assembleia Municipal fossem transmitidas por internet. Indicou que havia aqui alguma incongruência pelo fato de querer que fossem postas aqui as novas tecnologias, que as assembleias municipais fossem transmitidas por internet, e ele não tinha um email e a documentação tinha de lhe ser entregue em papel, daí a sua perplexidade.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse ficar surpreendido por aquele tipo de declaração. Informou que tem email, mas não tem que receber por mail. Se tem que receber por mail, a Câmara Municipal tem de lhe pôr aqui um computador para poder abrir o mail e ver como está a documentação. Tem de receber em papel porque precisa de ter em papel, tirar anotações, e pediu que se deixasse o ridículo. A Assembleia Municipal, a secretária da Assembleia Municipal, contata-o por telemóvel e quando o contata, fala com ela e combinam e fica a documentação lá em baixo, junto ao Sr. António, e ele vai buscar e não tem problema nenhum. Ela telefonou-lhe, ontem à tarde, a dizer que a documentação estava lá, ontem à tarde. Ele só solicitou, e faz todo o sentido, e é pertinente a questão que colocou, não se vai aqui desviar as atenções, é que a documentação seja entregue dois dias antes, conforme até o regimento manda, para que se possa reunir e concertar posições. Foi só isso que solicitou. Perguntou por que é que a ordem de trabalhos tinha três pontos e por que é que, quando entregaram a documentação, há uma semana, só estava um ponto aqui e por que é que não estavam os três pontos aqui. Perante isto,

perguntou, de novo, quem é que está a errar, quem é que está mal. E acrescentou que na ordem de trabalhos, que foi entregue há dez dias, e em que constavam a ata e o relatório, estes documentos não vinham com a documentação. Mesmo toda a gente que recebeu por mail, inclusivamente, só recebeu o ponto da votação e alteração dos estatutos. E concluiu que o Sr. Deputado não devia pôr as coisas daquela maneira.


O Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes que não fosse assim tão maledicente, uma vez que os assuntos tinham sido aprovados na sessão de câmara do dia anterior.

## 2. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha recebido um relatório que lhe tinha sido entregue pela Comissão de Proteção de Menores. Não tirou fotocópias do documento, mas se os Srs. Deputados Municipais entenderem que o devem consultar, estará disponível no gabinete da Assembleia Municipal. Comunicou ainda que tinha recebido uma informação de um seminário a realizar em Bragança, que tem como tema "As Assembleias Municipais como Escolas de Cidadania, no dia 6 de abril de 2013, no auditório municipal de Mirandela, e assim dá conhecimento para o eventual interesse de algum dos Srs. Deputados Municipais.

Além destas informações, foi distribuída pelas bancadas uma informação do grupo parlamentar do PCP.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita tomou a palavra para informar também que tinha participado, na presente data, em representação desta Assembleia Municipal, na assembleia geral da Odiana que aprovou o plano de atividades e o orçamento para o exercício de 2013. Acrescentou duas considerações: lamentou o fato de haver pessoas que pertencem a esta



associação e que nunca lá vão e, depois, que a Odiana, tal como ela funciona, também podia funcionar com um gabinete, com uns quantos técnicos que concorressem a tudo aquilo a que a Odiana concorre e que é uma das coisas faz relativamente bem. Na sua opinião pessoal, mais do que isso é curto. Insistiu que era sua opinião pessoal, sem estar vinculado a nada: a Odiana podia funcionar como funciona. Para concorrer aos projetos comunitários e para ter um jornal é curto. É um orçamento de cerca de 800 mil euros, dos quais cerca de 30 por cento é para salários, portanto, acha que é curto. Se é isto que nós, Assembleia de Vila Real de Santo António, no seu conjunto, se todos estão bem recordados, fomos criticados quando aqui se votou uma determinada coisa, sugerindo o estudo e a possibilidade de se ver, no seu conjunto, fomos altamente criticados pelas outras assembleias municipais, quando aqui se votou aquela hipótese de saber se, no futuro, sabe-se lá quando, poderíamos ser um só concelho. Não quis voltar a isso, mas aproveita a ocasião para dizer o seguinte: quando as pessoas dizem que para este território do Baixo Guadiana se tem ali a Odiana, isso é curto. Concluiu, insistindo que era a sua opinião pessoal, é a sua tomada de posição, sem envolver mais ninguém.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz tomou a palavra para esclarecer, e para não ficar no público aqui algum pensamento esquisito, que quando houve a referência ao seminário, que era em Mirandela, e depois se disse que estava uma coisa do PCP, o PCP não tinha nada a ver com o seminário de Mirandela, tem a ver é com a privatização da água e podia ter ficado no espírito das pessoas que o seminário tinha a ver com o PCP.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal congratulou-se com a intervenção do Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz que completou a informação dada, salientando que não tinha referido tudo, e também não é obrigado a dizer tudo.

**3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 1 DE 2013 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou o documento, de que os Srs. Deputados Municipais tinham tomado conhecimento, pois fazia parte da documentação enviada antes da assembleia, e solicitou a sua apreciação.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz declarou que tinha algo de simples a considerar. Considera que a ata entrou dentro da normalidade das atas e que, a partir daqui, se as coisas continuarem, a sua voz apenas se limitará a verificar se houve algum erro de pormenor e agradece o esforço feito.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes declarou que a sua palavra ia no mesmo sentido e expressou os seus parabéns porque, de fato, a ata começa a indicar tudo aquilo que é efetuado. Espera que continue assim e que se possa depois ter acesso.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou que algumas atas do passado deveriam conter tudo aquilo que foi dito, de fato, e por algumas razões que desconhece, algumas pequenas coisas, de falta de ética, e até de falta de educação de algumas pessoas, não constam lá.

Submetido a votação, o texto da ata foi aprovado por maioria, com dezanove votos favoráveis: quinze da bancada do PSD, três da bancada do PS e um da bancada da CDU; e com três abstenções: duas da bancada do PSD e uma da bancada do PS. As abstenções tiveram como fundamento o fato destes três Deputados Municipais não terem participado na sessão a que a ata dizia respeito.

**4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA E DO ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS SEUS ÓRGÃOS SOCIAIS**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha

Alameda  
32  
sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz tomou a palavra para fazer um pedido de esclarecimento. Perguntou se a alteração era para fazer a integração do décimo terceiro mês no vencimento normal. Isto porque, no ano passado, o décimo terceiro mês e o subsídio de férias, que estão aqui considerados como décimo terceiro e décimo quarto mês não eram entregues. Ficavam suspensos até decisão complementar e parece que este é mais para integrar agora no vencimento, segundo julga e, assim, pede o devido esclarecimento.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal explicou que aquilo que, na prática, se diz é que ao único administrador remunerado da SGU aplica-se os mesmos critérios que são aplicados para a função pública. Recebe mais um do que no ano passado, como todos os trabalhadores da função pública. Na verdade, é justamente isso. No ano passado, aqui passou a ideia que se estava a fazer uma proposta que ia justamente no sentido contrário daquilo que era o objetivo da proposta, que era quase que isentar o administrador da SGU de todos os cortes da função pública, quando, ao fim e ao cabo, não era isso. Se porventura se fosse pela leitura que se estava a ter, e até na bancada do PSD se gerou confusão, este ano, o administrador da SGU ficava a receber menos que o resto dos funcionários públicos, uma vez que o teor da decisão, que é o mesmo teor que aqui vem, é dizer que ele tem direito a catorze e as mesmas regalias dos funcionários públicos. No entanto, aplica-se todos os cortes em igual medida aos dos funcionários públicos. O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes tomou a palavra para dizer que, em relação ao estatuto remuneratório, parecia-lhe que havia duplicação de valores. Porque na alínea C, em relação às despesas para o administrador, diz-se: "ajudas de custo e subsídios de transporte"; e depois na alínea F, "utilização de viatura da empresa municipal". Porque é que há-de ter subsídio de transporte e viatura da empresa municipal? Para além de todas as

outras: apoio em processos judiciais, quer dizer, há questões que, em seu entender, não deveriam estar aqui porque estão duplicadas. Assim como, mas isso é “ajudas de custo”, não é “subsídio de transporte”, no Artigo 7º, diz assim: “será fixado pela Assembleia Geral o valor máximo das despesas associadas a comunicações que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet”. Mas, telefone domiciliário porquê? Porquê telefone domiciliário? Para o PS, não parece também muito correto estar aqui o telefone domiciliário abrangido. Depois aqui nos estatutos da SGU, de fato, para o PS parece que a Câmara Municipal já não faz nada. Porque esvaziou-se completamente as competências da Câmara Municipal. O que aqui está são vinte e nove itens e agora entram três itens novos. Que é “planear, conceber e executar, manter e explorar as atividades a desenvolver no âmbito da limpeza urbana e tratamento de espaços verdes”; “planear, conceber e executar, manter e explorar as atividades a desenvolver na exploração de estacionamento automóvel e de autocaravanas tarifado no concelho de Vila Real de Santo António”; “planear, conceber e executar, manter e explorar as atividades a desenvolver no âmbito de exploração de atividades de saúde no Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António”. Afirmou saber que a lei diz que as empresas locais podem ter uma ou mais atividades. Mas não diz que tenham que ter todas as atividades. Aqui está tudo. E pergunta: a Câmara Municipal já não faz nada? Afirmou a discordância do PS. Não lhe parece correto e não concorda com a redação deste ponto porque esvaziou completamente as competências da Câmara Municipal.

Tomando a palavra, o o Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança afirmou que, depois das intervenções feitas, além da transmissão pela internet, deveria haver rádio e televisão.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

Alexandre  
A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 5  
votos contra, sendo 4 da bancada do PS e um da parte da bancada da CDU, e 17  
votos favoráveis da parte da bancada do PSD.

A bancada do PS apresentou declaração de voto, que leu:

Declaração de voto:

A bancada do PS votou contra a alteração dos estatutos da VRSA Sociedade de Gestão Urbana EM SA e do Estatuto Remuneratório dos Órgãos Sociais por discordar da redação do nº 2 do artigo 4 dos estatutos da VRSA Sociedade de Gestão Urbana e do 2º e 7º artigos do Estatuto Remuneratório dos Órgãos Sociais.

A bancada do PS

Vila Real de Santo António, 20 de fevereiro de 2013.

Tendo pedido a palavra o Sr. Deputado Municipal João José Batista da Costa Ribeiro, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou-lhe que fosse mais passivo, por assim dizer, de modo que pudesse ter reentrada a sua declaração.

O Sr. Deputado Municipal João José Batista da Costa Ribeiro afirmou que a declaração de voto do PS não estava tanto firmada na base daquilo que está considerado no estatuto, mas vai mais no sentido de que pessoalmente está contra a lei de gestão das sociedades urbanas.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita leu também uma declaração de voto:

O PSD votou favoravelmente a proposta apresentada sobre o Estatuto Remuneratório da Sociedade de Gestão Urbana e constata que quer PS, quer CDU, ao votarem contra, estão a pôr em causa 138 postos de trabalho no concelho de Vila Real de Santo António, neste momento tão depauperados.

Alexandre

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO HOTEL GUADIANA - ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA DO NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara, ocorrida no dia anterior ao desta assembleia, e que na presente data estava já na Assembleia Municipal. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz tomou a palavra para pedir um esclarecimento. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou que o documento estava na posse do senhor Deputado Municipal e que podia pedir mais esclarecimentos à Câmara Municipal, se entendesse. E que não sabia se a Câmara Municipal estaria em condições de prestar esses esclarecimentos ou se alguém tivesse outros esclarecimentos a dar que ele não tinha, além do que estava escrito no documento.

A Sra. Deputada Municipal Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro tomou a palavra para dizer que tinha tido conhecimento de alguns problemas com a principal proprietária e sabe que houve alguns conflitos com a justiça e que não sabe qual é o ponto da situação e que só pode estar de acordo com todos os pressupostos que vêm na proposta. É um imóvel de interesse municipal. É das coisas mais bonitas que temos em Vila Real de Santo António. Compete ao município preservar, seja qual for a cor que esteja na câmara. Seria sempre de acordo que aquele hotel se mantenha, se ponha melhor, mais digno. Que se mantenha o número de camas, que precisamos de ter em Vila Real de Santo António, temos pouco, temos mais em Monte Gordo. Portanto, salvaguardar aqui os estabelecimentos de comércio, serviços de apoio. Surgiu-lhe uma dúvida porque só teve no dia de hoje mais tempo para ler esta proposta. Não sabe se ali a dependência do Banco Santander Totta, se pertence, não sabe se a câmara já tem posse administrativa do hotel, se isso está resolvido. Falou muitas vezes com

Alfonso

a dona do hotel porque ela foi sua colega, trabalhou com ela, e sabe o que se passou. Está de acordo. Que ele se mantenha, seja para os vila-realenses, para receber turismo e para nos promover mais a nível do país e, se calhar, do estrangeiro também.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que o noventa e seis é o banco. Aqui põem “no edifício do Hotel Guadiana, correspondente ao prédio urbano sito na Avenida da República, números 91 e 96”. Noventa e seis é o Banco. O noventa e quatro é a entrada do Hotel e o noventa e dois é a loja, isto na avenida da República. Gostaria de saber, isto abrange todo o edifício, se abrange todo o edifício, portanto, faltará aqui corrigir, não é noventa e um, não há noventa e um, há noventa e dois e noventa e quatro e noventa e seis. E, depois, verificar aqui as frações, à partida, pensa que as frações A e C serão a loja e o banco, e a fração B será o Hotel. Portanto, serão estes os esclarecimentos que gostaria que o senhor presidente da câmara lhe desse.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que podia começar pelo fim. Dirigindo-se ao sr. Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes, questionou-o sobre o fato de não saber que, para efeitos de planeamento urbanístico, o que interessava não era o número de polícia, mas a mancha. Ou seja, essa mancha é a mancha que vai ter um uso. Para o efeito, não é o número de polícia. O número de polícia hoje pode ser o noventa e seis e amanhã pode ser outro número de polícia qualquer, diferente. O que interessa é que o local identificado no mapa, que têm em anexo, nem as frações interessa. Interessa a mancha. Os PDM fazem-se à mancha, não se fazem por frações. Não se conhece PDM que tratem o território por fração. Tratam à mancha. Este quarteirão tem um uso, tem uma característica, por aí fora... Aquilo que se trata para esclarecer, de fato, o deputado José Cruz é o seguinte: o Hotel Guadiana está num estado absolutamente lastimável, de degradação, que todos os dias se vem a notar, sobretudo na altura em que há intempéries, inclusivamente a Câmara Municipal já foi confrontada com a queda de alguns elementos construtivos do hotel, provocando danos em pessoas, automóveis e por aí fora. Nesse sentido, aquele

hotel, ou se encontra uma solução de forma de ser reabilitado ou praticamente aquilo entra num quadro, numa espiral de degradação absolutamente incontrolável e com custos exponenciais de ano para ano. O que se está a pensar fazer, e como já várias vezes se falou desta matéria, é promover a criação de unidades hoteleiras dentro do próprio centro histórico e naturalmente tem de se promover naquela que é a sua unidade hoteleira mais emblemática, que é objetivamente o Hotel Guadiana. O Hotel Guadiana tem um problema de litígio judicial, pelo que se sabe, bastante complexo. Na verdade, há duas partes que se autoproclamam serem as detentoras do hotel. A verdade é esta. Parece que a senhora foi burlada, não se quer aqui estar a tecer considerações, nem especulações porque não se sabe os contornos do processo. Mas é alguma coisa, assim um bocadinho, complexa. O Hotel Guadiana está inscrito dentro da área de reabilitação urbana, que a Empresa Municipal classificou como tal, já há algum tempo a esta parte, e que o próprio regime da reabilitação urbana prevê a venda forçada de imóveis, caso não se consiga chegar a acordo com os titulares e os respetivos imóveis estejam numa fase de deterioração bastante avançada. É o caso. A venda forçada, na prática, funciona quase como uma expropriação: a Câmara Municipal lança a posse administrativa, faz uma venda forçada, faz uma hasta pública, se houver interessados, adquirem pelo valor mínimo, ou pelo valor base, e o dinheiro que se arrecade da venda é depositado à guarda do tribunal e, mais tarde, quando houver uma decisão, será entregue ao dono do hotel. No caso em concreto, a definição do valor mínimo de licitação é fixado por um avaliador, num quadro daqueles avaliadores oficiais que têm acordos com os tribunais. Tem de ser um avaliador homologado pelos tribunais judiciais. Já foram pedidas duas avaliações. Agora, também se sabe que avaliação depende do uso potencial do imóvel. Aquele imóvel, apesar de ser sempre conhecido como hotel, aquilo pode ter um uso potencial de apartamentos. Amanhã pode comprar alguém, manter a fachada e, depois, transforma aquilo em apartamentos. E, nos termos do plano diretor municipal e do plano de pormenor isso é possível fazer. Tendo potencial uso para imobiliário, o valor da avaliação aumenta logo substancialmente.

Portanto, o que se pretende aqui é balizar o uso claro, que é o uso hoteleiro e, assim, fazer baixar o valor da avaliação e também que aquilo é para um hotel e não é para outra coisa qualquer. Basicamente é aquilo que se pretende.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que se congratulava com a posição que o executivo municipal estava a tomar neste assunto e considera que quando, às vezes, se diz que não há rumo, não há preocupação, com coisas que se vê escritas por determinadas pessoas nas redes sociais e no que se diz pelos cafés, ao fim e ao cabo, não é isso que acontece e vê-se que há preocupação no cuidado do património, daquelas que são fundamentais e que, no fundo, e, como dizia também a deputada Luísa Currito, que identificam a nossa realidade local. Porque tivemos um tempo, antes de haver esta situação da salvaguarda do núcleo pombalino e outras coisas do género, em que as pessoas atiravam-se de cabeça a situações, quase sem saber, normalmente eram pessoas que aqui chegavam e que pouca ou nenhuma sensibilidade tinham em relação à realidade local e, com facilidade, alteravam o património e, com facilidade, ao mesmo património atribuíam outro fim que não propriamente aquele para o qual ele existia. Esta posição da Câmara, esta forma de atuar da Câmara parece-lhe que é altamente elogiável e permite mostrar a toda a população que há empenhamento por parte do executivo em defender aquilo que é genuinamente nosso. Um bem-haja à Câmara Municipal.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que esta iniciativa é de aprovar, mas queria dizer que só tinha levantado a questão do pedido de esclarecimento ao Presidente da Câmara porque a redação que vai integrar o plano é a redação que engloba estes números e estas frações. Estava o senhor Presidente da Câmara a pôr a questão que os números de polícia mudam e tudo o mais, mas estas frações e estes números vão ser os... mais valia colocar só "o edifício do Hotel Guadiana" e, pronto!, sabia-se o que era, segundo julga. A redação podia ser esta. Não valia a pena estar a colocar aqui os números.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal sublinhou que o Plano de Pormenor de salvaguarda explicita bem o que é o Hotel Guadiana.

Alexandre

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.

#### **6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTOR LOCAL DE ENERGIA 2013 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Não tendo havido intervenções por parte dos Srs. Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada com 17 votos favoráveis da bancada do PSD, e cinco abstenções, quatro do Partido Socialista e uma da CDU.

#### **7. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que o relatório, cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido entregue no dia anterior, e que se podia seguir o método seguido em assembleias anteriores: para mais facilmente se apreciar o relatório, alguma questão que se quisesse colocar podia ser dirigida ao Senhor Presidente.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz expôs uma dúvida que lhe levantavam os números, que parecia um bocado complicado de entender: o

*Alexandre*

orçamento de 2013 é de 85 milhões. Mas, na prática, não é de 85 milhões, porque 59 milhões são do PAEL e do outro empréstimo. Desses dois empréstimos, nenhum deles está ainda realizado nem entrou em vigor. A pergunta é a seguinte: Como é que, sobrando 25 milhões, ou 26 milhões de euros de orçamento para todo o ano, está aqui uma faturação já de 34 milhões? Há qualquer coisa que está mal feita neste orçamento, até parece quase uma impossibilidade. Porque a receita é de 757 mil euros e a despesa é de 34 milhões, ou está a ler... total da despesa a 31 de janeiro de 2013: 34 milhões novecentos e nove mil euros. Não lhe parece que estes números estejam certos. Não acredita que a Câmara tenha feito, no mês de janeiro, 34 milhões de euros de faturação, a não ser por transição.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que nas faturas em causa deveriam estar as faturas que estão no PAEL e no Reequilíbrio Financeiro. Todavia, faltam aqui os montantes do PAEL. Só estão aqui os do Reequilíbrio Financeiro. O faturado passa de ano para ano. Só estão 34 milhões. Faltam os outros 25 milhões do PAEL.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que, assim, se percebia, passando os 34 milhões mais os 25 milhões, já se entendia porque a receita é muito pequena. É preciso corrigir isto.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita quis deixar uma nota sobre a atividade da Biblioteca Municipal e elogiar a forma como tem decorrido e fazer uma mostra do empenhamento que a população de Vila Real de Santo António tem em relação a este equipamento onde está reunida a Assembleia Municipal. Além da atividade que se realiza ao longo mês, é importante que as pessoas tenham a noção da quantidade de gente que não só participa nessas atividades, mas que frequenta diariamente esta biblioteca. Não é uma questão de dar elogios por dar elogios, mas é uma constatação de uma realidade que é muito importante.

## 8. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Apreciado que foi o relatório do Senhor Presidente de Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o período de intervenção por parte do público, concedendo cinco minutos por cidadão para tratar de assuntos do interesse do município.

Não houve intervenções por parte do público.

## 9. MINUTA DA ATA Nº 2 DE 2013

Foi lida em voz alta a minuta desta ata, referindo o texto principal das deliberações, e foi aprovada por unanimidade.

## 10. ENCERRAMENTO DA SESSÃO Nº 2 DE 2013

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 23.00 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal



O Primeiro Secretário

